

## ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (CUSTO DE VIDA)

O índice de preços ao consumidor (custo de vida) - Teresina, calculado e divulgado sistematicamente pela Fundação CEPRO, apresentou ao longo do mês de setembro/97, um crescimento médio de 0,69%. Isto comparado ao nível de preços praticados no último mês de agosto.

Com esta variação média de 0,69% do IPC-Teresina verificada em setembro/97, o percentual acumulado no ano sobe para 6,66%, a variação acumulada nos últimos seis meses ficou em 3,66% e o percentual no período outubro/96 a setembro/97, ou seja nos últimos doze meses atingiu 10,30%.

Em relação especificamente a composição deste índice, verificou-se uma forte pressão dos Grupos Alimentação e Vestuário que cresceram 0,88% e 1,86% respectivamente, enquanto que, os outros grupos tiveram crescimento inferiores a média geral que foi de 0,69%.

GRUPOS	PARTICIPAÇÃO NO ORÇAMENTO	VARIACÃO PERCENTUAL MENSAL		
		SET/96	AGO/97	SET/97
ALIMENTAÇÃO	41,93	0,86	-0,65	0,88
No domicílio	38,67	0,95	-0,63	0,79
Fora do domicílio	3,31	-0,65	-0,84	1,96
HABITAÇÃO	13,25	0,18	0,20	0,07
ARTIGOS DE RESIDÊNCIA	5,43	0,50	0,66	0,35
VESTUÁRIO	8,36	0,94	-0,21	1,80
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	41,69	-0,05	0,21	0,07
SAÚDE E CUIDADOS PESSOAIS	-	-	-	-
Pessoais	8,99	0,85	0,28	0,09
SERVIÇOS PESSOAIS	10,33	0,67	-0,06	1,15
ÍNDICE GERAL	100,00	0,62	-0,18	0,69

GRUPOS	VARIACÃO PERCENTUAL ACUMULADA			NÚMERO-ÍNDICE Base: Jan/94=100
	No	Últimos	Últimos	
	Ano	6 Meses	12 Meses	
ALIMENTAÇÃO	2,61	-0,80	6,21	175,94
No domicílio	2,55	-0,91	6,23	168,55
Fora do domicílio	2,95	0,39	5,62	279,91
HABITAÇÃO	6,24	5,10	6,60	144,12
ARTIGOS DE RESIDÊNCIA	3,38	-0,50	8,72	177,65
VESTUÁRIO	8,64	6,77	15,66	329,67
TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES	22,98	17,54	28,52	233,31
SAÚDE E CUIDADOS PESSOAIS	-	-	-	-
Pessoais	8,22	4,81	11,96	169,10
SERVIÇOS PESSOAIS	4,51	2,82	7,66	190,05
ÍNDICE	6,66	3,66	10,30	187,56

FONTE: FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISAS ECONÔMICAS E SOCIAIS DO PIAUÍ - CEPRO

## O ECONOMISTA E A HISTÓRIA

SOLIMAR OLIVEIRA LIMA\*

Compreender nosso presente implica em dominar o conhecimento do nosso passado. É por isso que voltamos nossos olhos para o ontem, para buscar as raízes de nossa sociedade e sua influência sobre o processo de desenvolvimento de nosso povo. É para isto que a História existe. Para desvelar o que está oculto, para que possamos ajudar a construir uma nova história. Mas nossa compreensão do mundo depende do nosso pensar e agir e deles dependem a construção de um presente e um futuro diferente. Se queremos um amanhã como o hoje esqueçamos o ontem. Ou façamos esquecer o ontem. Esta aliás, tem sido a forma de pensar e de agir daqueles que vestidos da arrogância do falso saber se intitularam produtores de conhecimento. São estes dublês de cientistas que ditaram com autoritarismo o que devíamos saber sobre nossa terra e nossos ancestrais. Que criaram um sistema educativo baseado na submissão e opressão. Que legaram a gerações apenas insegurança e ignorância sobre sua história.

(...)“criaram um sistema educativo baseado na submissão e opressão”.

Os cientistas que construíram a história oficial deste país tinham um propósito: esconder as mais variadas formas de violência praticadas pela elite contra o povo. Os livros didáticos que lemos e as aulas que ouvimos em silêncio retratavam na verdade a vergonha, de quem escrevia e falava, para expressar claramente sua comunhão com o ideário dominante. A nossa história foi repassada como uma história sem importância, que nós brasileiros temos “a memória fraca” e que por isto mesmo nossos alunos não precisavam aprender história, quando muito bastava “decorar”. Muitos professores continuam ensinando o que aprenderam, exatamente como aprenderam.

Muitos educadores buscaram aprender muito mais sobre a história e sobre a vida. Descobriram sobretudo o respeito por quem estava aprendendo porque eles se descobriram eternos aprendizes. Estes educadores optaram por construir uma outra história nas salas de aula, uma outra história. Eles voltaram-se para o passado buscando revelar o que estava oculto aos nossos olhos, o que nos foi escondido. Buscaram e estão buscando escrever e discutir uma história em que o povo passe a ser sujeito, em que a vida seja vista como um processo evolutivo com passado, presente e futuro. Estes educadores sabem da importância do nosso passado como referência de vida individual e coletiva. Sabem que conhecendo o que fomos e o que fizemos, podemos compreender a realidade e planejar um futuro com segurança e autonomia. Conhecer a história do seu povo é indispensável a qualquer cidadão, tanto mais quando este é um profissional que pode mudar o curso da história de seu povo.

(...)“precisamos saber da nossa história, precisamos descobrir nossa história como um campo de produção de conhecimento”.

Nós professores e economistas piauienses precisamos saber da nossa história, precisamos descobrir nossa história como um campo de produção de conhecimento. Precisamos deixar de ser meros reprodutores de idéias e passarmos a gerar nossas próprias reflexões. Um bom começo é nos voltarmos para história do Piauí. Neste particular, as análises recentes e discussões ainda reproduzem as mesmas fontes, a maioria geradas sem o menor conhecimento científico. A história do Piauí precisa ser (re)escrita ●

*SOLIMAR OLIVEIRA LIMA* é professor de Economia da UFPI, Mestre em História do Brasil pela PUC/RS, Pesquisador do Núcleo sobre Africanidades e Afrodescendência - IFARADÁ/CCHL e doutorando em História do Brasil/PUCRS.

## O AVANÇO E SUPREMACIA NEOLIBERAL NA SOCIEDADE E ECONOMIA BRASILEIRA

*SAMUEL COSTA FILHO\**

Na década atual presenciamos a supremacia de propostas e recomendações neoliberais para América Latina. São correntes as afirmações das vantagens do processo de globalização da economia e de seus benefícios ilimitados para toda região.

Afirma-se ainda que quem ficar a margem desse processo de aceleração capitalista estará condenado ao atraso e à miséria. Os países que se fecharem terão pouco acesso a capital e as novidades tecnológicas, perdendo competitividade e marcando passo. O resultado é que as economias nacionais perdem importância relativa para blocos regionais de comércio, com a economia cada vez mais interconectada.

A ideologia liberal que voltara a predominar nos Estados Unidos governado por Ronald Reagan e Inglaterra da primeira ministra Margaret Thatcher se espalha pelo mundo. Com a vitória de Fernando Collor, no início dos anos 90, o liberalismo e a onda privatizante começam a penetrar na política e sociedade brasileira e passam a dominar a cena.

O sucesso inicial do Plano Real deu margem a vitória do governo de Fernando Henrique Cardoso que prosseguiu na linha liberalizante tentando moldar a economia, o Estado e a sociedade. O “Projeto Nacional” atualmente em execução visa aprovar e promover reformas que reduzam o papel e a ação do Estado, transformem nossa economia e reduzam o “custo Brasil” (impostos, burocracia e infraestrutura).

No que diz respeito às políticas regionais o governo federal lançou o chamado “Projeto Nordeste”. Este projeto previa a liberação de recursos (11 bilhões de reais até 1998) para onze áreas de atuação, desde a criação de empregos, redução da mortalidade infantil até a solução para o velho problema hídrico. Segundo a revista *Veja* (1997, n. 1, p. 12) este projeto ficou só na promessa.

O quadro atual parece revelar uma situação em que só existem duas alternativas para o Brasil. A primeira, defendida pelo governo e seus aliados seria a modernizante. Do outro lado, teríamos os conservadores ou o atraso.

Os defensores da modernização são a favor da privatização, desregulamentação, abertura comercial e do Estado Mínimo com manutenção dos serviços básicos de saúde, educação, segurança, justiça, política, etc; ficando o mercado encarregado de elevar a eficiência da economia. Por acarretar e acelerar a modernização, isso seria o novo e moderno segundo o discurso governamental. Os que defendem o Estado, as estatais, o nacionalismo, e elevação da tributação das camadas mais ricas da população estaria do lado do atraso (os dinossauros) e tendem querer congelar a modernização.

Todavia, convém ressaltar que não estamos presos somente aos dois extremos anteriormente citados e urge uma mudança nesse modelo modernizante de desenvolvimento, pois continuamos na via de crescimento apoiada com recursos externos e que tem beneficiado só as elites de nossa população. Se faz necessário resgatar políticas e criar “um novo estilo de desenvolvimento”, e dentro deste quadro recolocar as questões que digam respeito a maioria do povo brasileiro (certamente dentre elas estarão as disparidades sociais e regionais gritantes de nosso país, a questão agrária, etc.).

Assim, nesse momento devemos não somente criticar a política de modernização imposta a nossa economia e sociedade, mas, estamos na obrigação de formular um projeto novo e alternativo de desenvolvimento nacional que viabilize a transformação produtiva e equidade social. A autodeterminação humana e sua ação criativa não devem acomodar-se e sujeitar-se passivamente a decantada globalização. É necessário reafirmar a não existência de uma lógica econômica inexorável que nos imponha uma integração subordinada no contexto econômico internacional. Além do que o ajuste neoliberal implementado é concentrador e excludente ●

*SAMUEL COSTA FILHO* é professor de Economia da UFPI, Mestre em Teoria Econômica pelo CAEN/UFC e doutorando em Teoria Econômica do Instituto de Economia da UNICAMP.